FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NO MARANHÃO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O CURRÍCULO INTERCULTURAL DA LICENCIATURA INDÍGENA OFERTADA NA UEMA/CAMPUS SANTA INÊS

Daniela de Fátima Ferraro Nunes - UEMA – daniferraronunes@gmail.com

Eixo 2 – Configurações da Educação Superior: diferentes concepções e percursos formativos em disputa.

(a) INTRODUÇÃO:

O presente trabalho busca refletir sobre como a Licenciatura Intercultural Indígena, ofertada pela Universidade Estadual do Maranhão (Campus Santa Inês), contribui para a formação de professores indígenas, a partir de uma proposta teórico-pedagógica que se articula aos princípios da interculturalidade, especificidade, diferenciação e bilinguismo articulados para a construção e implementação de currículos interculturais nas escolas de suas comunidades. Nesse sentido, procura-se compreender em que medida a organização curricular do curso incorpora tais princípios e como estes se expressam na formação docente indígena.

Considerando a importância da formação superior voltada às realidades e aos saberes dos povos indígenas, busca-se compreender como a Licenciatura Intercultural Indígena tem possibilitado aos estudantes indígenas em formação o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas às realidades socioculturais e linguísticas de suas comunidades, nas quais o conhecimento científico possa dialogar com o etnoconhecimento dos diferentes povos indígenas, favorecendo a valorização da cultura, da língua materna e dos processos próprios de aprendizagem.

Dessa forma, toma-se como objeto de investigação a própria proposta curricular do curso de licenciatura na área de Ciências da Natureza, cuja turma teve início em março de 2021 e concluiu sua formação em abril de 2025, com a formação de 28 alunos Tentehar Guajajara e 1 aluno Guarani. Para fins de análise, centra-se a discussão na oferta de duas áreas de conhecimento que compõem o curso — Matemática e Biologia —, buscando evidenciar de que maneira as ementas dessas disciplinas foram estruturadas a partir de uma perspectiva intercultural.

A Licenciatura em Ciências da Natureza abarca a formação em 4 grandes áreas de conhecimento, Matemática, Biologia, Física e Química, com o objetivo de formar

docentes habilitados(as) a atuar no Ensino Fundamental Maior e Ensino Médio da Educação Básica, podendo atuar diretamente nas escolas de suas comunidades. Segundo informações apresentadas no site do PROETNOS (https://proetnos.uema.br/cursos/) o curso Ciências da Natureza é apresentado da seguinte forma:

> Ofertado no Polo de Santa Inês, os(as) indígenas graduados em "Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena em Ciências da Natureza" são qualificados(as) para lecionar Matemática, Física, Química e Biologia. São habilitados(as) a atuar em todos os níveis da Educação Básica, atendendo à demanda das comunidades indígenas nas escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio. São capacitados(as) a fundamentar e subsidiar a construção de currículos, metodologias, processos de avaliação e de gestão, bem como a desenvolver estratégias que visem à construção dos projetos políticos e pedagógicos e elaborar materiais didáticos e pedagógicos bilíngues e monolíngues, conforme circunstâncias específicas de cada povo e comunidade indígena. Além disso, são qualificados(as) a promover a articulação entre os diferentes níveis, etapas, modalidades e formas da Educação Escolar Indígena, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa em conformidade com os princípios da educação escolar específica, diferenciada, intercultural e bilíngue.

Nessa perspectiva, a proposta de formação centra-se em um dos princípios basilares das políticas de educação escolar indígena: a interculturalidade, que deve apoiar-se na formação de sujeitos críticos capazes de reconhecer o etnoconhecimento como parte fundamental de um currículo que dialogue com o conhecimento científico formal, atendendo, assim, às especificidades socioculturais de suas próprias realidades etnoculturais.

Nesse contexto, a Licenciatura Intercultural, voltada especificamente à formação de indígenas para atuação nas escolas de suas comunidades, pode ser entendida como uma estratégia educacional relevante para a consolidação das políticas de educação escolar indígena. No entanto, torna-se necessário investigar de que maneira essa formação, orientada pelos princípios das diretrizes da educação escolar indígena, tem, na realidade prática da escolarização nos territórios indígenas do Maranhão, contribuído para o desenvolvimento e a implementação de currículos interculturais, considerando os avanços, desafios e limites presentes nesse processo.

(b) DESENVOLVIMENTO:

Para a realização desta pesquisa, adotou-se como procedimento metodológico a análise documental, tendo como foco a proposta curricular do curso e, de modo mais específico, as ementas das disciplinas que compõem a Licenciatura Intercultural Indígena na área de Ciências da Natureza ofertada pela Universidade Estadual do Maranhão no

Campus Santa Inês. A análise concentrou-se especialmente nas áreas de Matemática e Biologia, buscando identificar de que maneira os princípios da interculturalidade são incorporados à organização curricular e às propostas formativas do curso.

Como referência teórica para a análise, tomou-se como base o conjunto das políticas de educação escolar indígena construídas no Brasil após a Constituição Federal de 1988, cujas diretrizes se apoiam no paradigma do respeito à diversidade sociocultural, estabelecendo, assim, os princípios da educação escolar indígena pautados na especificidade, diferenciação, interculturalidade e bilinguismo. Nesse sentido, a pesquisa dialoga com o princípio da interculturalidade enquanto categoria analítica central para compreender as propostas formativas voltadas aos povos indígenas.

Nessa discussão trabalhamos com a categoria "interculturalidade", conceito-chave desta análise, que implica no reconhecimento de que diferentes culturas, com práticas e lógicas distintas, podem se interrelacionar sem que haja hierarquização entre seus conhecimentos e formas de saber. Um dos primeiros documentos oficiais que compõem o conjunto das políticas de educação indígena, as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (1994, p. 11), propõem refletir a interculturalidade da seguinte forma:

> A interculturalidade, isto é, o intercâmbio positivo e mutuamente enriquecedor entre as culturas das diversas sociedades, deve ser característica básica da escola indígena. Isso significa passar da visão estática da educação para uma concepção dinâmica. Não se pode ficar satisfeito só em "valorizar" ou mesmo ressuscitar "conteúdos" de culturas antigas. Deve-se, pelo contrário, ter em vista o diálogo constante entre culturas, que possa desvendar seus mecanismos, suas funções, sua dinâmica. Esse diálogo pressupõe que a interrelação entre as culturas, o intercâmbio entre as mesmas e as contribuições recíprocas são processos aos quais todas as sociedades são e foram submetidas ao longo de sua história.

O "intercâmbio positivo e mutuamente enriquecedor entre as diversas culturas" a que o documento se refere pode ser interpretado como uma contraposição a modelos de escolarização historicamente impositivos e hierarquizados, que desconheciam os etnoconhecimentos, as especificidades e as diversidades étnicas e culturais, bem como suprimiam as línguas indígenas dos processos de escolarização existentes nas aldeias. Pensar uma escola indígena que reconheça e valorize a diversidade de culturas e conhecimentos se opõe ao modelo de escolarização vigente até 1988, marcado pelo viés integracionista, assimilacionista e civilizatório.

Para Catherine Walsh (2009), a interculturalidade crítica deve ser concebida como

um projeto político e ético de transformação, voltado ao enfrentamento das desigualdades históricas e epistemológicas impostas pelo colonialismo e pelas múltiplas formas de violência associadas a esse processo. Nesse sentido, o currículo intercultural pode ser compreendido como uma estratégia concreta de resistência e afirmação epistemológica dos povos indígenas, frente a um longo histórico de escolarização colonizadora utilizada como instrumento civilizatório assimilacionista.

No que se refere ao corpus empírico da pesquisa, a análise centrou-se nas ementas das disciplinas que compõem a formação em Ciências da Natureza, buscando identificar de que forma estas incorporam perspectivas interculturais ao articular conhecimentos científicos ocidentais com conhecimentos tradicionais indígenas, sem estabelecer hierarquizações entre diferentes formas de saber.

Destaca-se, nesse sentido, na área da Matemática, a forma como essa área do conhecimento foi trabalhada no decorrer da formação dos estudantes indígenas. Entre as disciplinas ofertadas no curso, destacam-se: Etnomatemáticas; Saberes Tradicionais em Articulação aos Conhecimentos Matemáticos; Introdução à Educação Matemática Intercultural; Estruturas Algébricas e Interculturalidade.

Na área da Biologia, foram analisadas disciplinas que também buscam promover o diálogo entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais, dentre as quais se destacam: Saberes Tradicionais em Articulação aos Conhecimentos Biológicos; Diversidade Biológica, Ecológica e Conservação dos Territórios Étnicos; Saúde, Meio Ambiente e Educação Indígena.

(c) DISCUSSÃO DOS DADOS:

A análise das ementas das disciplinas que compõem a Licenciatura Intercultural em Ciências da Natureza evidencia uma tentativa de incorporar o princípio da interculturalidade ao processo formativo, especialmente ao propor o diálogo entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais dos povos indígenas. Nesse sentido, disciplinas como Etnomatemática, Saberes Tradicionais em Articulação aos Conhecimentos Matemáticos, Estruturas Algébricas e Interculturalidade e Introdução à Educação Matemática Intercultural indicam uma preocupação em reconhecer formas próprias de produção e transmissão de conhecimentos matemáticos presentes nas práticas socioculturais indígenas, tais como formas de contagem, organização espacial, medidas, e resolução de problemas presentes no cotidiano das comunidades.

As ementas analisadas buscam evidenciar que diferentes sociedades produzem conhecimentos que estão relacionados com o que o Ocidente convencionou classificar como Matemática e Biologia. Ao incorporar essa perspectiva, o currículo procura deslocar a compreensão da ciência como conhecimento universal e neutro, reconhecendo que os saberes produzidos pelos povos indígenas também constituem formas legítimas de conhecimento. O esforço em adaptar conteúdos pensados originalmente para realidades socioculturais distintas das vivenciadas pelos povos indígenas busca concretizar, na prática, o princípio da interculturalidade, propondo um diálogo entre diferentes epistemologias e formas de interpretar o mundo.

De modo semelhante, na área da Biologia, disciplinas como Saberes Tradicionais em Articulação aos Conhecimentos Biológicos, Diversidade Biológica, Ecológica e Conservação dos Territórios Étnicos e Saúde, Meio Ambiente e Educação Indígena apontam para uma perspectiva formativa que busca articular o conhecimento científico às experiências e aos conhecimentos tradicionais relacionados ao território, à saúde e às práticas ambientais dos povos indígenas, bem como aos saberes tradicionais sobre fauna, flora e manejo dos recursos naturais presentes em seus territórios.

A análise das ementas das disciplinas citadas evidencia que a incorporação da interculturalidade no currículo está articulada diretamente à formação de professores indígenas que são sujeitos que atuam diretamente nas escolas de suas comunidades e que podem promover a articulação entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais. No estado do Maranhão, esse processo foi significativamente impulsionado pela atuação da Universidade Estadual do Maranhão, por meio da oferta de cursos de licenciatura intercultural voltados especificamente para a formação de professores indígenas, pensados para atender às diretrizes da especificidade, diferenciação e interculturalidade das políticas de educação escolar indígena.

(d) CONCLUSÃO:

O presente trabalho buscou refletir sobre como a Licenciatura Intercultural Indígena, ofertada pela Universidade Estadual do Maranhão no Campus Santa Inês, incorpora o princípio da interculturalidade em sua proposta curricular, especialmente na formação de professores indígenas na área de Ciências da Natureza.

A análise das ementas das disciplinas evidencia um esforço institucional em construir uma proposta formativa que articule conhecimentos científicos e saberes

tradicionais, reconhecendo que os povos indígenas produzem formas próprias de conhecimento relacionadas às práticas socioculturais, ambientais e territoriais de suas comunidades. Nesse sentido, as ementas das disciplinas analisadas indicam a tentativa de estruturar um currículo que dialogue com diferentes matrizes de conhecimento, buscando superar modelos tradicionais de ensino baseados exclusivamente na transmissão de conteúdos científicos ocidentais.

Observa-se, portanto, que a organização curricular da Licenciatura Intercultural em Ciências da Natureza procura materializar, no âmbito da formação superior indígena, os princípios da especificidade, diferenciação e interculturalidade que orientam as políticas de educação escolar indígena no Brasil. Ao reconhecer os saberes tradicionais como parte constitutiva do processo formativo, o currículo analisado aponta para a construção de uma proposta educativa que valoriza a diversidade de conhecimentos e busca estabelecer formas de diálogo entre diferentes sistemas de saber.

Entretanto, a análise também indica que a efetivação de um currículo verdadeiramente intercultural constitui um processo em constante construção, que envolve não apenas a formulação das ementas e das propostas pedagógicas, mas também a permanente reflexão sobre as formas de articulação entre conhecimento científico e etnoconhecimento no contexto da formação de professores indígenas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988**: São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. MEC. **Diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena.** Brasília, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes para a Implementação de Programas de Formação de Professores Indígenas nos Sistemas Estaduais de Ensino**. Brasília, MEC/SEF, 2002.

WALSH, Catherine**. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-sistir e re-viver.** In: CANDAU, Maria Vera (org). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.